

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FAAC – FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
DCSO – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMUNICAÇÃO SOCIAL  
– JORNALISMO

YARA LOMBARDI BARBIERI

### **COISA DE MULHER**

Série de reportagens sobre a representação da mulher na política brasileira como  
instrumento de mudança social

Bauru 2017

YARA LOMBARDI BARBIERI

## **COISA DE MULHER**

Série de reportagens sobre a representação da mulher na política brasileira como instrumento de mudança social

Projeto Experimental apresentado em cumprimento parcial às exigências do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador do Projeto Experimental: Profa.  
Dra. Angela Maria Grossi

BAURU 2017

*Para: Maria, Ana, Joana, Amparo, Raimunda, Vera, Sônia, Carla, Francisca, Patrícia, Márcia, Simone, M<sup>a</sup> de Fátima, Neusa, Teresa, Conceição, Socorro, Paula, Angela, Cristina, Valéria, Selma, Cremilda, Rosa, Carmem, Eliana, Marisa, Cecília, Regina... Às mulheres brasileiras que encontraram na política uma forma de justiça social.*

*“... Quando eu era menina, o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensores da pátria. Então eu dizia para a minha mãe: – Por que a senhora não faz eu virar homem?”*

*Ela dizia:*

*– Se você passar por debaixo do arco-íris, você vira homem. Quando o arco íris surgia, eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava se mpre distanciando. Igual aos políticos distantes do povo. Eu cansava e sentava. Depois começava a chorar.”*

*(Carolina Maria de Jesus - Quarto de Despejo)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais Maria Antonieta e Valdir, por serem a base de tudo e por todo amor e apoio durante essa e todas as fases da minha vida. O mesmo se estende ao meu irmão, Arthur, que foi e ainda é exemplo de dedicação e sabedoria, desde sempre. Sem vocês, nada disso seria possível. E a toda minha família, muito obrigada!

A minha professora e orientadora Angela, pelo suporte e por compartilhar sua sabedoria acadêmica e de vida em cada novo encontro.

Agradeço ao Augusto, por todo auxílio na produção deste projeto e por deixar essa caminhada mais leve. Ao Matheus Ferreira, pelo amparo, risos e companhia em todos os momentos. As talentosas mulheres que foram minhas grandes amigas. E aos grandes amigos que sempre fizeram a faculdade ser mais positiva. Aos meus amigos de infância e sempre, Ana Flávia, Matheus Rodrigues, Fernanda, Matheus Fracari e Gabriela pelos anos compartilhando histórias e vitórias. Mesmo que à distância vocês se fizeram presentes.

Por todo processo de construção e desconstrução promovidas dentro e fora da universidade, muito obrigada.

## RESUMO

A necessidade de colocar a mulher e a política lado a lado como forma de representatividade surge quando os números ainda se mostram desfavoráveis no que tange às mulheres que nos representam no âmbito político. As políticas públicas já existem, mas é necessário analisar a efetividade delas na composição de partidos que precisam, obrigatoriamente, incluir pelo menos 30% de mulheres nas candidaturas. Elas representam a maioria da população brasileira e, ainda assim, a representatividade política fica por conta de homens. É, portanto, necessário entender o porquê e o que acarreta essa falta de representatividade. Além de analisar historicamente, o que significa para a mulher brasileira, da classe alta, média e baixa, ter poucas representantes do gênero nas decisões políticas. Verificar também o que é de fato possível de ser feito para que esse número aumente, sendo esses o objetivo do estudo aqui apresentado. Como metodologia, é proposta a pesquisa exploratória, com os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, para a compreensão da temática. Sequencialmente, foi produzida uma reportagem transmídia em meio digital, aliando texto, imagens e recursos multimidiáticos, com o intuito de informar, desmistificar e, principalmente, contribuir para que se compreenda a importância da representação da mulher na política nacional.

**Palavras-chave:** Representatividade. Mulher. Política brasileira. Jornalismo Especializado. Reportagem transmídia.

## **ABSTRACT**

The need to place women and politics side by side comes as a form of representativeness arises when numbers are still unfavorable to women who represent us in the political arena. Public policies already exist, but it is necessary to analyze their effectiveness in the composition of parties that must, necessarily, include at least 30% of women in the candidacies. They represent the majority of the Brazilian population and, nevertheless, political representation is on the shoulders of men. It is necessary to understand why this lack of representativeness is involved. Besides analyzing historically, what it means for Brazilian women, upper, middle and lower class, to have few representatives of the gender in political decisions. It's necessary also check what is possible to be done so that this number increases, these being the objective of the study presented here. As a methodology, exploratory research is proposed, with bibliographic and documentary research procedures, to understand the theme. Sequentially, a transmedia report was produced in a digital medium, combining text, images and multimedia resources with the purpose of informing, demystifying and, above all, contributing to understanding the importance of women's representation in national politics.

**Key-words:** Representativity. Woman. Brazilian politics. Specialized Journalism. Transmedia reporting.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comemoração da Conquista do voto feminino do jornal “A Lanterna”.....	20
Figura 2: Carlota Pereira de Queiroz entre os 253 deputados, em 1934.....	21
Figura 3: Capa do jornal Brasil Mulher, em Outubro de 1975. Edição 0.....	23
Figura 4: Logo – Coisa de Mulher.....	36



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: relação de candidaturas nas eleições Federais e Estaduais após a implementação de cotas para mulheres nos partidos políticos.....	25
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Justificativa</b> .....	13
1. 2.1 Objetivo geral .....	14
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
<b>2.1 O Jornalismo Especializado</b> .....	17
<b>2.2 Reportagem Transmídia</b> .....	19
<b>2.3 O Jornalismo Especializado em política</b> .....	20
<b>2.4 Mulher, política e feminismo</b> .....	21
<b>2.5 Década da mulher e alterações legislativas</b> .....	27
<b>3 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO</b> .....	30
<b>3.1 Pré-produção</b> .....	31
<b>3.2 Produção das reportagens</b> .....	33
<b>3.3 Pós-produção</b> .....	35
<b>3.4 Nome e logo</b> .....	36
<b>3.5 Características Gerais</b> .....	37
<b>4 PRINCIPAIS RESULTADOS</b> .....	38
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	43
<b>APÊNDICES</b> .....	45

**A série de reportagens produzidas como Trabalho de Conclusão de Curso pode ser acessada no link abaixo:**

**<https://goo.gl/FzMg63>**

## 1 INTRODUÇÃO

Fevereiro de 2017 comemora-se uma data especial para o eleitorado feminino: 85 anos antes o sistema não permitia que mulheres tivessem direito ao voto. Em 1932 é marcado o início do voto feminino, desde que as mulheres cumprissem certas condições, como o trabalho remunerado. As diferenças dos direitos eleitorais só foram totalmente desvinculadas do gênero em 1965, com a nova edição do Código Eleitoral. Se o número de anos parece pouco, é porque os direitos das mulheres foram tardiamente incorporados a diversos âmbitos da sociedade brasileira e, em especial, na política nacional. Essa incorporação tardia dos direitos é uma das explicações para a representação feminina na política estar tão atrasada.

Falar sobre representatividade feminina dentro da política brasileira é falar sobre uma intensa luta por direitos que perdura até os dias atuais. Foram necessários uma série de batalhas, documentos, interferências e discussões acirradas para garantir o que se têm hoje na Constituição Brasileira no que tange aos direitos femininos.

A história e os dados analisados neste trabalho são correspondentes da investigação das políticas atuais, nos relatos de especialistas de diferentes áreas, nas narrativas contadas por mulheres relacionadas à diferentes formas de política e dados oficiais. Dessa forma, é necessário fazer uma perspectiva histórica da inclusão da mulher na política: a maneira como ela aconteceu e como foi efetivada são importantes fatores a serem analisados para entendermos a pouca representatividade dos dias atuais.

É com base no relato e nos exemplos vividos por mulheres que o presente trabalho experimental busca inspiração na composição de reportagens especializadas sobre a representação feminina na política brasileira. O objetivo do projeto é unir dados, estudos, estatísticas e relatos de forma sistemática e profunda, produzindo diferentes narrativas, mas sempre voltados para a mulher e sua representação política no Brasil.

Foi somente após a redemocratização, em 1986, que podemos observar o primeiro grande salto no número de mulheres no Congresso Nacional, fato

interessante quando observamos o período histórico vivido. Passamos de 8 para 26 mulheres eleitas em 1990, com poucos avanços desde então.

De fato, algumas medidas importantes foram criadas ao longo da história brasileira. A criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), criado em 1985, foi um marco importante para a vida política, sendo uma instituição visa a promoção de políticas que visam eliminar cada vez mais a discriminação contra a mulher, assegurando sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais brasileiras. Junto com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), criada no governo Lula, o CNDM, até os dias atuais, debate ações, programas e políticas públicas junto com a sociedade civil para garantir o avanço na luta pela igualdade de gênero. Essa iniciativa, juntamente com outras estratégias governamentais, devem ser analisadas a partir de sua efetividade. De fato, a mulher brasileira tem tomado consciência da importância da sua presença nas atividades políticas do país? O que tem sido feito, desde então, para que a participação da mulher cresça? Existe alguma política pública que possa ser implantada que vá garantir a igualdade na representação política de homens e mulheres? Como o machismo presente na sociedade brasileira influencia na decisão de voto da população? São essas, entre outras questões, que essa pesquisa procura responder.

Para solucionar um problema, é necessário fazer o diagnóstico. Entender de onde vem a causa torna mais fácil criar mecanismos de trabalho para garantir a solução. Não ter mulheres suficientes na representação da sociedade é um problema que precisa, o quanto antes, ser solucionado. Na tentativa de reunir informações relevantes que ajudem na implementação de novas maneiras para fomentar a participação feminina, o presente trabalho se trata de uma produção especializada a partir de técnicas que relacionam momentos históricos com dados oficiais e relatos de quem foi e ainda é parte da história feminina em busca de uma sociedade mais justa.

Dessa forma, o principal objetivo deste projeto experimental é uma produção especializada a partir da criação de pautas, apuração e seleção de fontes e informações relevantes para o presente tema, na tentativa de argumentar a importância de uma investigação profunda sobre o tema e suas relações claras com a cultura e o sistema político brasileiro, além do progresso econômico e a tentativa

de “empoderamento” e maior participação política de minorias com foco na participação feminina.

É importante ressaltar que o foco deste projeto está nas produções jornalística e não, necessariamente, no modelo de veiculação e divulgação. As reportagens produzidas serão feitas para o meio *online* e adaptadas para um *microsite*, sendo, posteriormente divulgadas para atingir uma maior visualização da sociedade.

Quanto ao formato proposto, é preciso ter a clara ideia de que a internet 2.0<sup>1</sup> revolucionou a forma como vivemos atualmente e nos informamos. A adaptação para novos meios de divulgação de informação se faz mais do que necessário em um contexto de inovações constantes. Explorar as possibilidades de internet 2.0 faz com que o jornalismo encontre alternativas interessantes para que um público cada vez mais diverso se veja interessando nas possibilidades que a internet proporciona aos seus usuários. A reportagem transmídia possibilita a inserção de diferentes meios de comunicação em uma só plataforma. Para Dancosky e Renó (2014), a transmídia é uma nova maneira de se fazer jornalismo, complementando o já existente.

A produção hipermediática na web é possível para os mais diversos conteúdos, e isto é o que demarca a verdadeira distinção entre a web e outros meios. Tal aspecto vale também para o jornalismo produzido para web no cenário convergente em que vivemos, ao menos como uma potencialidade, ou seja, como uma ferramenta cuja utilização tornaria o produto jornalístico mais sintonizado com as demandas dos usuários da web. (DANCOSKY; RENÓ, 2014, p.8).

Pensando em alinhar o webjornalismo com temas atuais de tanta importância e com o conhecimento adquirido ao longo da graduação, o presente trabalho pretende fazer uma reportagem no formato transmídia utilizando de novos recursos possibilitados pelo sistema.

### **1.1 Justificativa**

É curioso observar que as grandes figuras políticas, em várias instâncias, em sua maioria, são do sexo masculino. Desde a Proclamação da República, homens estiveram no cargo mais alto da política brasileira até o ano de 2010, em que a

---

<sup>1</sup>Refere-se à segunda geração da World Wide Web, na qual a troca de informações entre usuários e a produção de conteúdo no ambiente on-line são as principais características.

primeira mulher foi eleita presidenta do Brasil. Ainda que existam mulheres em destaque internacional, a porcentagem é ínfima se comparada com os homens em destaque.

Vemos hoje, uma quantidade irrisória de representantes mulheres dentro das Câmaras Municipais, Prefeituras, Estados e Congresso. E em uma sociedade que se fala tanto em igualdade, em que o feminismo tem se mostrado cada vez mais importante para assegurar não só o direito, mas também a vida da mulher, é preciso saber explicar o porquê dessa não representatividade e encontrar soluções para isso. No Brasil, 51,5% da população são mulheres, mas esse número não é refletido na esfera da representação política.

É preciso estudar iniciativas que, mais do que garantir a presença, assegurem a preparação da mulher para participar ativamente da política nacional. E o jornalismo pode e deve ter participação ativa nisso. A responsabilidade de divulgar dados e conscientizar a população sobre a importância da igualdade da representação é papel do jornalista. Entender a trajetória da mulher dentro da esfera política é entender como a força e a luta feminina foram importantes na garantia de direitos. É entender e respeitar a coragem das mulheres que se colocaram à frente de homens, exigindo, somente, os mesmos direitos que estes tiveram por toda sua vida.

É de extrema importância que fatos como esse sejam divulgados de uma maneira didática, com relatos de quem viveu e ainda vive certa resistência em entrar e permanecer no meio. E as plataformas de reportagem transmídia se mostram eficientes no momento de informar e manter a atenção do leitor, assim, justifica-se a escolha do formato do trabalho.

É mais do que necessário que mulheres estejam à frente de cargos relevantes, que possam tomar decisões que representem o gênero como um todo visando, cada vez mais, enfim, a igualdade.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1. 2.1 Objetivo geral**

Analisar a construção histórica da participação feminina na política brasileira, os mecanismos de inclusão criados e sua efetividade através de uma reportagem transmídia.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender como pesquisar e avaliar áreas do jornalismo de dados analisando números disponibilizados em sites oficiais e pesquisas;
- Ampliar a habilidade técnica na produção de reportagens jornalísticas, trabalhando procedimentos estudados na graduação;
- Desenvolver a produção de reportagens dentro do Jornalismo Especializado, com ênfase na editoria política;
- Compreender melhor a funcionalidade da hierarquização de fontes extraoficiais;
- Apurar o histórico dos avanços femininos dentro da sociedade e, conseqüentemente, dentro da política, com foco nacional;
- Analisar as razões histórico-político-econômico-sociais de a participação das mulheres na política ser clamorosamente inferior à dos homens;
- Explicitar quais são as barreiras e desafios enfrentados pelas mulheres que lhe dificultam uma expressiva representatividade política no Brasil;
- Analisar as implicações na luta por igualdade de gênero relacionada à representação política das mulheres na conjuntura brasileira.
- Compreender o porquê dos desafios enfrentados pelas mulheres e a dificuldade em se firmarem como protagonistas políticas no Brasil hoje;
- Desenvolver a produção de um conteúdo online, usando ferramentas de audiovisuais mais dinâmicas, como vídeos, áudios, fotos e recursos gráficos.

O presente trabalho foi dividido em seis partes principais, os quais conseguem explicar e expor as razões, implicações e resultados obtidos com a realização do produto. O primeiro e segundo capítulo versam sobre as razões e pretensões do conteúdo produzido, que por meio de uma pesquisa histórica e análise de dados emitidos por órgãos oficiais e pesquisas, reúne informações que sejam relevantes para compreender a posição da mulher brasileira frente à política.

O terceiro capítulo compreende a fundamentação teórica do trabalho, que analisará em cada um dos cinco sub-capítulos, partes do todo que formará a série de reportagens proposta. O quarto capítulo, que detalha a criação do produto, com



três sub-capítulos que se dividem em pré-produção, produção, pós-produção, nome e logo e características gerais do produto. Por último, dois capítulos que finalizam as discussões, assumindo quais são as características gerais do produto e quais os pontos que devem estar presentes na conclusão do trabalho.

Este também se justifica na tentativa de aprofundar um assunto pouco abordado na grande mídia, sem se sujeitar à manipulações, analisando o tema com profundidade e dados oficiais, em forma de grandes reportagens especializadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Explicar a forma que se foi pensado a redação de cada texto dentro do jornalismo especializado se faz necessário no momento de entender suas implicações para a mídia e sociedade. O presente capítulo se apresentará dividido em quatro: o jornalismo especializado, suas funções e objetivos dentro da mídia atual; a reportagem transmídia como um novo formato de se transmitir informações, com o uso de recursos gráficos e audiovisuais; o jornalismo especializado em política, sua forma atual, com um viés mais informativo do que opinativo e a busca por uma isenção saudável; por fim, a relação entre mulher, sociedade e política, usando dos fatos e lutas históricas como forma de embasamento teórico e que foi vivido na prática por tantas personalidades femininas que fizeram história na política nacional.

### 2.1 O Jornalismo Especializado

Para Vera França (1998, p. 26), o jornalismo “[...] nasce da pulsão de falar o mundo, falar o outro e falar ao outro, da atração pela diferença, pela novidade, pelo distante; do enraizamento no mesmo, no próximo e em si que marcam a palavra humana desde sempre. Em síntese, o jornalismo faz parte do ‘dizer’ social”. Usando essa lógica como base, o jornalismo é quem comunica à sociedade os fatos relevantes. Segundo França, o jornalismo opera com um dizer especializado por si, cujos discursos são resultados de um longo processo de produção, junto com processos e práticas sociais. Pontos como objetividade, credibilidade de fontes e informações, além de uma linguagem voltada ao público deve se fazer presente na especialização. Devido a história, a especialização jornalística está, quase sempre, associada à evolução dos meios de comunicação e formação de grupos segmentados que consomem a informação.

“[...] a especialização jornalística é fruto, em grande parte, das exigências da audiência cada vez mais diversa, que pede conteúdos específicos – os de seu próprio interesse – que que abordem com profundidade e rigor. E claro, com qualidade informativa” (BERGANZA CONDE, 2006. -39)

Atualmente, dentro do jornalismo muito se fala sobre segmentação de público e em como a maneira de consumo de informações mudou e teve que adaptar-se à novos caminhos e alternativas. Toda essa mudança e o atendimento de público

segmentados tem suas grandes vantagens, já que devolve ao público novas reportagens aprofundadas com um conteúdo mais qualificado, além de aumentar a interação e colaboração da audiência. A especialização surge também como saberes específicos de um determinado conhecimento.

Para Abiahy (2005), a parte de apuração de notícias também passou por mudanças importantes, chegando, finalmente, ao conhecido jornalismo especializado.

O desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a essa lógica econômica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos que se encontram tão dissociados entre si. Muito além de ser uma ferramenta mais eficaz de lucro para os conglomerados midiáticos, o jornalismo especializado é uma resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas. (ABIAHY, 2005, p.5).

Demonstra-se, assim, a necessidade de um jornalismo especializado em atender um público que busca por informações ricas e específicas sobre um determinado assunto.

Na sociedade fragmentada em grupos de interesses tão diferentes entre si, cada qual elege suas prioridades com base em suas escolhas individuais e o jornalismo é quem julga o grau de importância de cada informação. Para Abiahy (2005, p. 6), "(...) as publicações especializadas servem como termômetro da gama de interesses das mais diversas áreas". Fica, então, como forma de coesão social do jornalismo especializado, agregar indivíduos conforme suas afinidades e interesses em comum. Nessa perspectiva, Tavares (2009) discorre sobre a importância da especialização para além do conteúdo ou audiências. "Nesse sentido, se olhada do ponto de vista das práticas jornalísticas, menos que uma questão de conteúdos ou de audiências, a especialização é vista – por "suas" teorias – como ligada a uma nova metodologia do trabalho jornalístico, fundadora de novos produtos (no sentido de notícias e textos)", pontua.

Tavares afirma ser a especialização uma área que discorre sobre novas possibilidades de metodologia de trabalho jornalístico, transformando novas formas de noticiar, informar e criar novos produtos.

## 2.2 Reportagem Transmídia

Se a função história do jornalismo foi e é informar a população, é dever também do jornalista se adaptar aos novos meios de divulgação de informação, para que ela seja cada vez mais democrática. As tecnologias e demandas da população impulsionam, cada vez mais, para um jornalismo dinâmico e fácil de ser compreendido. É preciso, portanto, criar um meio de se comunicar com quem consome o webjornalismo.

Ao longo dos anos, os estudos acompanharam o desenvolvimento da Web, sendo possível a identificação das quarta (BARBOSA, 2008) e quinta (BARBOSA, 2013) gerações do webjornalismo que seriam, respectivamente, o jornalismo de base de dados (servem apenas de sustentação para as práticas jornalísticas, desde a pré-produção até a pós-produção) e o paradigma do jornalismo de base de dados (reúne características de medialidade, horizontalidade, continuum multimídia, mídias móveis, aplicativos e produtos autóctones). (CANAVILLAS; BACCHIN, 2015, p.11).

Dessa forma, ao usar característica do webjornalismo, a reportagem passa a se caracterizar como transmídia, pois faz uso de várias modalidades comunicativas. “A transmídia atua para a criação de narrativas nas quais o acompanhamento de informações adicionais ao texto significa, por si só, é um elemento fundamental da informação online” (LONGHI, 2009, p.192).

A hipertextualidade e a multimídia permitem incrementar reportagens e adapta-las aos meios para que qualquer pessoa seja capaz de entender o que se passa. Além dos meios tradicionais de mídia, como texto, imagens, gráficos e infográficos, vídeos e animações, é possível usar a interatividade para atrair novos públicos.

Se a reportagem é um gênero que aprofunda conteúdos, adaptada aos meios do webjornalismo, ela se torna uma nova produção do formato. A reportagem transmídia tem ganhado cada vez mais força com os avanços tecnológicos e a busca por novos meios de informar. Segundo Dancosky e Renó (2014), o webjornalismo se beneficia das potencialidades da internet como plataforma. E é dessa forma que o presente projeto pretende se consagrar: utilizando dos melhores e atuais meios que a internet pode proporcionar como plataforma, criando um site com conteúdos completos e didáticos.

### 2.3 O Jornalismo Especializado em política

É possível afirmar que o jornalismo político passou por inúmeras mudanças nas últimas décadas. Atualmente, a principal delas é ter se tornado um jornalismo informativo de fato, e não a de convencimento ao leitor em acreditar em determinadas ideias. Quem passou a se interessar mais pelos fatos políticos da história do país foram o mercado e as pesquisas de opiniões que frequentemente aparecem em manchetes como as “donas” da opinião pública.

Até algumas décadas atrás, os jornais, em sua maioria, tinham um caráter quase partidário. E dirigiam-se também a um leitor razoavelmente partidário. Para um e para outro, a opinião era tão ou mais importante que a notícia. O leitor comprava o jornal esperando encontrar uma cobertura afinada com seu viés político – ou, pelo menos, não muito distante dele. Já o jornal buscava cativar o leitor atendendo a sua expectativa. (MARTINS, 2005, p. 25).

Para entender o jornalismo político hoje, é preciso entender o contexto atual de crise política e de identidade que vive o Brasil. A grande imprensa, tem a preocupação de separar nitidamente a informação da opinião na cobertura política (MARTINS, 2005, p. 28). Existe também o claro risco de que o repórter faça uma cobertura jornalística utilizando do seu viés político como fator decisivo na escolha de informação. Para solucionar isso, o autor indica que, é claro, o próprio profissional deve fazer uma autocrítica, sofrendo à vigilância dos chefes. “A isenção é como a felicidade. Em termos absolutos e permanentes, é inalcançável, mas nem por isso deixamos de correr atrás dela” (MARTINS, 2005, p. 28).

O presente trabalho se justifica como jornalismo político ao transformar dados oficiais em informação pura e clara. Analisar o que cada dado significa e analisar a conjuntura passada e atual do Brasil foi essencial para entender o papel das mulheres na política nacional. Chega a ser parte da justiça social entender que a ausência de mais mulheres em papéis de relevância social prejudica a própria representação da sociedade.

Outro ponto de atenção é a contextualização das notícias. O que acontece mais frequentemente não é, necessariamente, a descontextualização de fato, mas sim, informações divulgadas em um contexto mais amplo, que é o da sociedade. E, quando na sociedade, as informações passam a ter um impacto maior para os políticos. Não cabe ao jornalista reformular frases ditas pelos políticos, mas sim, repassar para sociedade o que está se diz entre as quatro paredes políticas. Martins

(2005) aponta também para a necessidade de se saber as regras do jogo: um jornalista político, deve, ao menos, dominar os fundamentos do funcionamento do Congresso Nacional e ter uma noção, ao menos básica, da Constituição.

O lide possui outro grande papel no jornalismo político. Embora seu mérito esteja na organização, seu grande defeito é criar uma notícia pouco inovadora, padronizando um estilo. Há uma grande diferença entre criar uma narrativa atraente e criar um nariz de cera, ou seja, um parágrafo introdutório que retarda o início do assunto específico do texto. “O ideal é informar com um texto que seja o mais agradável possível, que agarre o leitor e faça-o se interessar pela matéria, pouco importando a técnica jornalística que ela obedece” (MARTINS, 2005, p. 40). Nas reportagens que correspondem este trabalho, recorrente o uso da personificação de personagens que, de fato, existam na esfera política brasileira.

Os jornalistas especializados devem ter a capacidade de traduzir situações cotidianas em informação de relevância, compreendendo os temas tratados e traduzindo em formato e linguagem mais leves e de fácil entendimento à todos os públicos.

#### **2.4 Mulher, política e feminismo**

Articular movimentos para a construção de espaços de discussão foram comuns nos movimentos feministas, que se empenhavam em garantir o direito das mulheres brasileiras, principalmente no período de 1985 e 2004. O feminismo tem como proposta um projeto de sociedade que diverge da atual, e coloca como objetivo principal a transformação da sociedade patriarcal, sempre caminhando em princípios da igualdade e justiça social.

O movimento feminista no Brasil se manifestou no final do século XIX, com a luta pelo sufrágio feminino. Tal luta trouxe os interesses de diversos países europeus e americanos, que lançaram campanhas finalizando a mobilização das mulheres e apoio dos partidos políticos em prol da legalização do voto feminino que, até então, era proibido. Essa luta era identificada como liberal, como indica Gislene de Almeida Vaz (2008, p.19):

[...] lutava pela universalização dos valores democráticos liberais, reivindicava igualdade de acesso às esferas profissionais e educacionais; por uma mudança nas leis matrimoniais discriminatórias; reclamava por salários iguais e acesso igual a todas

as profissões; também pôs em foco o direito das mulheres, educação sexual, controle da natalidade e aborto.

Novembro de 1917 foi a prova de organização feminina da época. Cerca de noventa mulheres saíram pelas ruas do Rio de Janeiro, inspiradas pelos movimentos europeus, e reivindicaram o sufrágio feminino brasileiro, tendo destaque na imprensa. Ainda em 1917, as mulheres apresentaram o primeiro projeto legislativo, demonstrando que a mulher é tão “disposta” e eficiente quanto o homem, e já estava inserida em diversas esferas sociais, políticas e trabalhistas do Brasil. Surge então, uma figura marcante e importante para a luta por direitos políticos, Bertha Luz. A bióloga fez uma campanha pelo voto feminino brasileiro em 1918, enviando uma carta à *Revista Semana*, do Rio de Janeiro. O conteúdo tratava de uma denúncia do tratamento dado às mulheres e sugeriu a criação de uma associação feminina e convocou mulheres para formar a *Liga da Emancipação Intelectual da Mulher*, em 1919. Em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) substituiu a liga.

Em 1921, o Senado aprova o projeto do senador Justo Chermont, determinando que mulheres maiores de 12 anos eram capazes de votar. Apenas 11 anos depois, no governo de Getúlio Vargas, é ortogado o direito ao voto feminino, pelo Decreto nº 21.076.

Figura 1: Comemoração da Conquista do voto feminino do jornal "A Lanterna"



Fonte: Jornal GGN. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Em 1933, elege-se a primeira Deputada Federal, Carlota Pereira de Queiroz, representante do Partido Constitucionalista de São Paulo. Ela foi a primeira mulher a estar entre 253 Deputados Federais e teve foco voltado aos interesses das mulheres e das crianças. Seu trabalho deu ênfase no fim da miséria e melhorias no sistema educacional.



Figura 2: Carlota Pereira de Queiroz entre os 253 deputados, em 1934



Fonte: Jornal GGN. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

O período após 1937 foi marcado pela desorganização, durante a Ditadura Vargas. Nesse contexto, merece destaque a revolucionária comunista Olga Benário Prestes<sup>2</sup> presa pela ditadura e deportada para a Alemanha, que vivia seu período nazista, mesmo grávida de 7 meses.

O Brasil passou por uma forte ascensão feminista na década de 1970, mesmo na ditadura civil-militar de 1964, momento em que as mulheres viviam a grande transformação no seu papel político-social. Nesta época, era dado enfoque,

---

<sup>2</sup> Olga Benário foi deportada para a Alemanha, acusada de alta traição à pátria, indo para União Soviética, local onde subiu na hierarquia do Partido Comunista e recebeu formação marxista e militar. Em 1934, recebeu a missão de escoltar o revolucionário Luís Carlos Prestes em segurança até o Brasil, o que ocorreria com o intuito de realizar uma revolução à esquerda no país, a fim de derrubar o governo de Getúlio Vargas.

principalmente, na valorização do trabalho feminino e contra a violência doméstica e social.

Em 1972 começaram a aparecer nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte: eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. (PINTO, 2003, p. 49).

1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o “Ano Internacional da Mulher”, dando uma visibilidade maior ao movimento. Dessa forma, foram reconhecidos muitos movimentos feministas, com destaque para o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado no mesmo ano, com o objetivo de defender que a anistia fosse aplicada à todos exilados e presos políticos. Therezinha Zerbini<sup>3</sup> teve destaque na atuação do movimento e, em conjunto com outras mulheres, elaborou o “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”, que reunia mais de 16 mil assinaturas.

A mídia teve destaque nessas lutas feministas, tendo surgido dois jornais feitos por mulheres e para mulheres: o *Brasil Mulheres* e o *Nós Mulheres*. Ambos jornais faziam parte da chamada “imprensa democrática”, que dava mais espaço a reivindicações relacionadas a situação feminina na época. O *Brasil Mulher* teve circulação de 1975 a 1980, com 16 edições publicadas e o *Nós Mulheres* teve oito edições, de 1976 a 1978.

---

<sup>3</sup> Therezinha Zerbini foi assistente social, advogada e ativista dos direitos humanos, com posição contrária ao golpe militar. Atuou na resistência à ditadura, tendo sido presa com Frei Tito em 1970 por organizar o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao lado de Leonel Brizola atuou no processo de refundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e posteriormente na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Figura 3: Capa do jornal Brasil Mulher, em Outubro de 1975. Edição 0.



Fonte: Brasil Mulher, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://ladyscomics.com.br/breve-historia-da-imprensa-feminista-no-brasil>>. Acesso em: 18 de nov. de 2017

Em 1985, o Brasil passou a viver o processo de redemocratização com a eleição de Tancredo Neves. Nesse momento, o movimento feminista já se via mais fortalecido e pronto para uma nova fase na política brasileira. Bruna Piazzzi exemplifica:

Com a redemocratização do país, muitas feministas que estavam dentro dos partidos foram eleitas, inserindo-se dentro de órgãos governamentais ao passo que, outras, penetraram diversas instituições não governamentais. Deste modo, foi encampada uma série de políticas públicas com viés de gênero, assim como foram criados órgãos públicos, programas governamentais, entre outras iniciativas democráticas. (PIAZZI, 2014, p. 83).

As políticas públicas foram frutos de discussões, principalmente aquelas impulsionadas por organizações de grande influência global, como a Organização das Nações Unidas. A partir disso, o diálogo e conscientização quanto a posição da mulher à níveis políticos se tornou mais fácil e comum de ser realizado.

## 2.5 Década da mulher e alterações legislativas

O ano de 1979 foi marcado pela “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, elaborada pela ONU, sendo o primeiro tratado internacional disposto a discutir sobre o direitos das mulheres. Em 1985 aconteceu a “III Conferência Mundial sobre a Mulher”, que buscava estratégias para o avanço da emancipação feminina frente à sociedade. Em resposta à estes grandes eventos, criou-se no Brasil o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que até os dias presentes, atua na promoção de políticas para assegurar uma participação maior das mulheres nas atividades políticas, culturais e econômicas do país, trazendo à tona as principais pautas femininas.

Em 1988, a Constituição cidadã foi um marco jurídico na transição democrática brasileira, principalmente no que tange a igualdade de gênero.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Entretanto, observamos que em nenhum aspecto no Brasil a participação de homens e mulheres é tão desigual quanto na política, ainda que 53% do eleitorado brasileiro seja feminino. No âmbito político não há um crescimento decorrente das políticas como em outros âmbitos da sociedade. Surge então a política afirmativa da Lei de Cotas (Lei nº9 9.054 de 1997), com o intuito de “reparação social” quanto à opressão sofrida pelas mulheres na sociedade.

Ativistas dos movimentos de mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres. Em resposta a isso, alguns governos têm decretado medidas voltadas a proporcionar maior presença feminina nos órgãos legislativos, geralmente determinando que os partidos incluam uma certa proporção de mulheres nas suas listas de candidatos. (YOUNG, 2006, p. 140).

No dia Internacional da Mulher de 1988, várias Deputadas marcaram o dia 8 de março com discursos apontando urgência na maior representação feminina nos cargos de poder como, por exemplo, a Deputada Benedita da Silva do PT/RJ:

Apesar dessas conquistas, já no final do século, continuaremos nos organizando e lutando pelos mesmos objetivos que nossas antepassadas, pois sabemos que, ainda hoje, não conquistamos a totalidade de nossos direitos. Exemplo disso é a representação parlamentar feminina totalizando 25 Deputadas num universo de 559 Constituintes. (Deputada Benedita da Silva PT/RJ, 1988).

De acordo com dados coletados no ano de 2016 pelo TSE, as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Apesar de maioria, tal expressividade numérica não se reflete na participação política, sendo bastante reduzida, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1: Relação de candidaturas nas eleições Federais e Estaduais após a implementação de cotas para mulheres nos partidos políticos

Ano	Total de candidatos e candidatas	Total de candidatas	Porcentagem de candidatas
1998	14.744	1.806	12,25%
2002	16.951	2.318	13,67%
2006	18.112	2.561	14,14%
2010	22.538	5.056	22,43%
2014	26.162	8.124	31,05%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014

Pensar em políticas públicas dentro dos movimentos feministas é a prova da necessidade de reinventar novas formas de se fazer política, promovendo mudanças que garantam a igualdade de oportunidades também para mulheres. Valente (2000) afirma que os movimentos feministas têm, desde sempre, pressionado o Estado a dialogar com mulheres e gerar novas formas de mediação com os interesses cidadãs. Esse diálogo têm criado oportunidades na obtenção novos ambientes institucionais e políticas públicas que sejam responsáveis para garantir os direitos das mulheres.

[...] muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais. Ativistas dos movimentos de mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres. Em resposta a isso, alguns governos têm decretado medidas voltadas a proporcionar maior presença feminina nos órgãos legislativos,

geralmente determinando que os partidos incluam uma certa proporção de mulheres nas suas listas de candidatos. (YOUNG, 2006, p. 3).

### 3 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

Estabelecer relações e semelhanças entre mulheres e política pode ser algo difícil, talvez por não ser algo comum na sociedade. Apesar de desde cedo aprendermos sobre referências de luta e liderança feminina, a política sempre foi algo colocado como algo distante e, de fato, reservada em sua grande maioria à homens. Ingressar na universidade pode ser o primeiro passo que dado a uma maior consciência da importância de relacionar, assemelhar e familiarizar estas duas palavras, como é possível perceber em cada nova entrevista realizada pelo presente trabalho. Ter contato com a disciplina de Jornalismo Especializado foi uma das possibilidades em abrir novos leques para o assunto e para possibilidades de ligação. Dentro da própria disciplina,

Realizar pesquisas exploratórias sobre a história da mulher na política brasileira me fez perceber, também, que o assunto era fonte inesgotável no jornalismo político. Diariamente são discutidas novas medidas, implementadas leis e meios, bons ou maus, mas que dizem respeito diretamente às mulheres.

Notei que os fatos eram de grande relevância social e, apesar de existir uma forte Bancada Feminina no Congresso, que diariamente luta pela emancipação e aumento da relevância proporcionalmente aos homens, pouco se é divulgado na grande mídia sobre dados, possibilidades e intervenções que poderiam e deveriam ser feitas. Junto da pesquisa pude compreender a existência de mecanismos que visam incluir ainda mais mulheres em seu meio, mas, em contrapartida, percebi também a ineficácia de alguns meios e o longo caminho de lutas travadas que as mulheres percorreram até os dias atuais. São tantos pontos relevantes na história feminina da política que decidi, então, tentar trazer no meu Trabalho de Conclusão de Curso um copilado, do passado e do presente, das lutas e das glórias de algumas das mais importantes mulheres relacionada à política nacional. Saliento que seria injusto com muitas personagens não citá-las, entretanto, me alegra e inspira saber que tivemos e ainda temos tantas mulheres importantes na luta pela garantia de uma sociedade mais justa. A política se faz diariamente, em simples atitudes que tomamos diariamente e isso também foi lembrado em cada reportagem presente.

Na tentativa de fomentar mais a discussão sobre a necessidade de maior participação da mulher na política, decidi que o meio online seria o utilizado e, para

utilizar todos os recursos possíveis desse meio, decidi que usar todos os meios disponíveis de comunicação e recursos gráficos que me fossem disponibilizados. O meio *online* facilitaria também a maior divulgação das reportagens do, por exemplo, um veículo impresso.

### 3.1 Pré-produção

Compartilhei com a orientadora do trabalho, a Profa. Dra. Angela Grossi, minhas impressões sobre o tema, ainda quando realizei uma reportagem sob sua orientação, e percebi que havia muito conteúdo para ser explorado. Passamos, então, a definir leituras e alavancando pontos principais de pesquisa e levantamento de dados. Por já ter feito uma pré-pesquisa histórica, sabia quais nomes seriam relevantes para dar início ao tópico histórico que viria a surgir. Comecei a definir pequenas pautas de assuntos que pudessem abrir um leque maior para investigação e produção de reportagens. Eram os seguintes pontos:

1. História, política e mulher;
  - a) Quem foram as primeiras mulheres a se envolverem com a política-partidária;
  - b) Relacionar períodos históricos com avanços nas lutas feministas;
2. Origem das opressões;
  - a) Compreender em que período e de que forma as mulheres se viram afastadas dos espaços de discussão e de poder;
  - b) Entender as construções sociais que colocaram a mulher nessa esfera;
3. Resultados positivos com a presença de mulheres em espaços políticos;
  - a) Políticas voltadas para as mulheres;
  - b) Bancada feminina;
  - c) Políticas de retrocesso e o papel da mulher nesses casos
4. Reforma política e representatividade
  - a) Pontos da Constituição que poderiam ser alterados em prol da maior representatividade feminina;
5. Política e cidadania
  - a) Mulheres que iniciaram a vida política ainda jovens;
  - b) Perfil de personalidades jovens e mais velhas;
6. Leis e Constituição



- a) Quais são as políticas públicas atuais em vigor;
  - b) Efetividade dessas políticas;
  - c) Analisar a efetividade da Lei de Cotas (9.504/1997)
7. Soluções pontuais que efetivem a melhor representação;
- a) Judicialmente e socialmente, quais medidas instituições públicas podem tomar;
  - b) Órgãos públicos que agem em benefício feminino;
8. Outros países que são exemplos da representação;
- a) Analisar quais políticas esses países adotaram;
  - b) Analisar a situação brasileira frente à América do Sul;
9. Partidos políticos
- a) Há diferença na abertura política para mulheres;
  - b) Ranking partidário de maior representação feminina;

Entendendo que todos os temas poderiam ser muito bem explorados, optei por agrupá-los em pautas pertinentes para cada um, tentando não deixar nenhum de fora dos principais tópicos. O assunto, além de complexo, possui muitas pautas interligadas e notei que seria comum pautas repetidas se encaixarem em uma mesma matéria. Por isso optei por unir informações pertinentes em 5 reportagens distantes, mas complementares.

Fui orientada à produção dessas pautas de forma ampliada, seguindo o modelo sugerido pela Profa. Angela Grossi, inspirada em pesquisas de Cremilda Medina (ANO), jornalista e professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Os eixos sugeridos por Medina são:

- Resumo Informativo
- Hierarquização
- Seleção de Fontes;
- Proposição;
- Recorte (foco e enfoque)
- Recursos utilizados

As pautas estendidas foram terminadas no final do mês de setembro e podem ser encontradas nos apêndices, ao final do presente trabalho.

Baseado em cinco pautas principais, divididas em: 1. Histórico – as primeiras mulheres à se envolverem com política no Brasil, sendo a reportagem de abertura da série; 2. Origens das opressões – como e quando foi dada à mulher o papel de dona de casa e não de protagonista histórica; 3. Benefícios da presença feminina em espaços de poder – questões que são sensíveis às mulheres são mais pautadas quando elas estão presentes e, em sua ausência, o retrocesso pode se fazer presente; 4 – Reforma Política – pontos que devem ser levados em consideração na alteração do Sistema Político brasileiro para garantir a maior presença feminina; 5 – Política e Cidadania – mulheres novas que se envolvem com formas de fazer política e a maturidade dos ensinamentos das mais velhas, com um foco primordial no movimento estudantil, que é onde muitas mulheres tem um maior contato com a vida política.

A definição das pautas e criação das pautas estendidas tornou mais fácil a realização produção das reportagens e contato com as fontes, já que já pré-destinava qual fonte se encaixaria em cada reportagem, facilitando a ênfase em determinados assuntos.

### **3.2 Produção das reportagens**

Dar início a produção das reportagens significava também a busca por fontes de informação e apuração de dados. No início de outubro, passei a levantar relatórios e pesquisas de institutos brasileiros conceituados, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, onde consegui dados importantes sobre a situação da sociedade brasileira. Passei então, a entrar em contato com Núcleos de Pesquisa de Universidades, como a UNESP, UNICAMP e USP, além de importantes pesquisadoras do todo o país. Reuni, então, em uma planilha no computador com o programa *Excel*, e dividi as fontes por especialização, foco de pesquisa, contato e em qual reportagem cada fonte se encaixaria. Assim, passou a ser mais fácil me organizar por temas e relevância. A partir daí, passei a agendar entrevistas por e-mail, Skype e presenciais, quando possível. Foram feitas as seguintes entrevistas:

1. Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP – NUPPs
  - a) Beatriz Rodrigues Sanchez – Mestre em Ciência Política com pesquisa intitulada “Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da banda feminina da Câmara dos Deputados” .
2. Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Movimentos Sociais e Ação Coletiva - NEPAC/Unicamp.
  - a) Renata Carone – Mestre em Ciência Política e Pesquisadora com estudo na Participação do Movimento Feminista no Congresso Nacional e sua interação com atores políticos no caso da Lei Maria da Penha.
3. José Eustáquio Alves – Doutor em Demografia, Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas - ENCE/IBGE.
4. Augusto Buonicore – Historiador.
5. Marina Barros – Fundadora do Instituto Alziras, organização que desenvolve pesquisas visando traçar o perfil das 640 mulheres que estão em cargo de prefeitas hoje no Brasil.
6. Marina Merlo – Pós-graduanda do Departamento de Ciência Política/USP, como foco nas Mulheres nas eleições e Partidos Políticos pós-1988.
7. Eduarda Sansão – Estudante de Direito da Universidade Estadual de Minas Gerais e atuante do Movimento Estudantil de sua Unidade.
8. Taísa Vargas – Estudante de Direito da Universidade Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, fundadora do coletivo feminista de sua faculdade e atual coordenadora geral do Diretório Acadêmico Paulo Affonso Leme Machado.
7. Maria Flor di Piero – Candidata à prefeitura da cidade de Bauru nas eleições de 2016.
8. Maria José Majô Jandreice – Primeira vereadora eleita da cidade de Bauru e atual Chefe de Gabinete.

As entrevistas 8 e 7 foram gravadas, resultando em 2 horas de vídeos editados e publicados na última reportagem. A entrevista com a Doutoranda e ex-candidata à prefeitura de Bauru pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, foi feita pessoalmente, no Campus da Unesp de Bauru. Maria Flor se dispôs a ir ao meu

encontro e se mostrou extremamente aberta à compartilhar sua experiência dentro da disputa por um cargo público. O mesmo aconteceu com Majô Jandreice, atual Chefe do Gabinete de Bauru e ex-vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro – PCdoB, partido que permanece até hoje. Dessa vez, eu fui a seu encontro na Prefeitura e tive uma verdadeira aula de história, política e feminismo, que podem ser encontrada na última reportagem dessa série.

As outras entrevistas, à pedido das próprias fontes, foram feitas por e-mail e Skype. Houve também a tentativa de contato direto com instituições como o Conselho Nacional do Direito das Mulheres – CNDM e a Secretaria de Política para Mulheres – SPM, mas não foi obtido nenhum retorno. Entretanto, ambas instituições possuem sites com informações completas e muito valiosas, divulgando ações diárias que fazem em prol das mulheres brasileiras, que foram utilizadas no decorrer das reportagens.

Duas estudantes atuantes do movimento estudantil de suas respectivas áreas, Eduarda Sansão e Taísa Vargas, colaboraram com as reportagens relatando um pouco da sua jovem vivência dentro de movimentos sociais organizados com cunho político. Os áudios, em que ambas relatam experiências vividas dentro do contexto de suas universidades, foram gravados e enviados no final de novembro.

As cinco reportagens foram redigidas em ordem cronológica, respeitando o tempo de respostas das fontes.

### **3.3 Pós-produção**

As reportagens começaram a ser redigidas no início de setembro, com a coleta de dados oficiais sobre eleições e a situação política atual. Foram utilizados, também, recursos gráficos em formato de gráficos e infográficos para facilitar a compreensão e visualização dos leitores.

Os vídeos e áudios entram com o papel de diversificar os meios de informação, além de enriquecer as reportagens com novas esferas e visões e novos relatos.

A plataforma escolhida para publicação das reportagens foi o *microsite* multimídia *Readymag.com*, por comportar todos os formatos de vídeo e áudio e ter uma estética simples mas passível de alterações quando necessário.

### 3.4 Nome e logo

Pensar no nome que daria título à série de reportagens foi um trabalho que levou tempo e paciência até que chegasse em um que de fato representasse minha intenção na realização do trabalho. “Coisa de Mulher” surge como um nome que faz referência às tantas tarefas cotidianas que são atribuídas às mulheres, demonstrando também que política é um dever do dia-a-dia feminino.

Figura 4: Logo – Coisa de Mulher



Como o nome por si só não faz referência direta à política, o logo deveria cumprir o papel de remeter ao assunto principal da série de reportagens. Com o auxílio de um profissional de design, consegui chegar em um logo que, junto ao nome, desenhasse os moldes do Congresso Nacional. Assim, nome e logo, em conjunto, assumem o formato que representa todo o processo de criação, produção e conclusão do presente trabalho.

A paleta de cores foi escolhida de forma a deixar a leitura e visualização das reportagem mais leves e neutras. Os tons de roxo e lilás foram escolhidos de forma que conversassem com as reportagens,

### **3.5 Características Gerais**

Na finalização, as cinco reportagens totalizaram, aproximadamente, 45 mil caracteres. Para deixar a leitura mais leve, utilizei diferentes recursos técnicos, como a exemplificação de casos, como o caso de Políticas que deram certo para as mulheres e outras que acabaram marcando um retrocesso para a classe. Os materiais utilizados para realizar as entrevistas e as reportagens, como máquina, gravador, tripé e notebook, eram próprios ou emprestados de colegas. Utilizei de recursos Adobe, como o InDesign e Premiere para a criação e edição de materiais.

## 4 PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao iniciar as pesquisas, notei que havia já muitos dados sobre a participação política feminina. Entretanto, nenhum divulgado e bem visualizado dentro da grande mídia e que dê acesso à toda a população, sem distinção de gênero, raça e escolaridade. Existem, também, inúmeras pesquisas acadêmicas sobre o tema e seus variados recortes, mas nenhuma que fosse de acesso e entendimento de toda a população. Realizar um trabalho de conclusão de curso e encontrar oportunidade de poder reunir dados, fatos e relatos tão interessantes de forma mais didática e prática me pareceu ideal.

O uso da internet facilitou em diversos aspectos a produção jornalística das reportagens, que foram mediadas pelo computador. Desde o contato com as fontes até a produção e organização das pautas, organização dos dados e a escrita das reportagens foram feitas através do notebook próprio. Dessa forma, tem-se que os avanços tecnológicos facilitam a realização de reportagens, permitindo o contato com as fontes de forma ágil e facilitadora, tanto para o repórter quando para o entrevistado, principalmente quando ambos vivem em localidades distantes. Tive a oportunidade de me comunicar com fontes no meio *online* e pessoalmente e, pude perceber, que cada tipo de contato dá resultados diferentes, porém complementares. Quando no meio *online*, tive respostas ricas e claras de diversas fontes. Respostas pensadas, bem estruturadas e fáceis de serem aplicadas em cada reportagem. No caso das entrevistas feitas ao vivo, foi necessário fazer a decupagem de cada cena, transcrever áudios e garantir que as melhores falas ficassem em evidência, criando uma narrativa que fizesse sentido. As novas plataformas ajudam a instrumentalizar jornalistas, otimizando o tempo dedicado em cada etapa da produção.

Existem, de fato, diversas pesquisas dedicadas à situação feminina na política que merecem uma atenção melhor da grande mídia. Os partidos políticos possuem, também, grande responsabilidade no momento de preparar mulheres, para que, quando concorrerem, estejam prontas e dispostas a enfrentar os desafios da vida política com o bônus de serem, muitas vezes, discriminadas por serem mulheres.

O caso brasileiro, em específico, precisa ser analisado com uma certa cautela, já que o país possui uma elite política composta majoritariamente por um grupo de homens que, dificilmente, cederá espaço para que mulheres passem a

integrar cargos de relevância. A entrada de um grupo de mulheres afeta a lógica de preservação dominante e assusta àqueles que se veem ameaçados pela presença feminina. A dimensão social que envolve a entrada de um maior número de mulheres escapa às pesquisas e dados que, muitas vezes, não conseguem concluir com clareza a razão de uma sociedade que não elege mais que 10% de mulheres para a sua representação a nível legislativo.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de realização do presente trabalho foi uma dinâmica de opostos. Se por um lado me vi frustrada em lidar com um tema tão básico mas, ao mesmo tempo, tão negligenciado. Ao reunir e analisar dados pude notar como o Brasil é um país atrasado em diversos aspectos políticos e, principalmente, sociais e quem se vê mais prejudicadas são as mulheres. O país evidencia cada vez mais as diferenças de gênero quando mulheres são sub-representadas em instâncias política, que, como consequência, tem assuntos de suma importância, no que tange até mesmo os direitos humanos, ignorados ou pouco discutidos. Como exemplo, a questão da legalização do aborto que, embora seja pauta decorrente nos coletivos feministas, o Congresso Nacional tendo, aproximadamente, 90% dos seus membros homens, é seletivo no assunto e o coloca em pauta somente para discutir o retrocesso nos direitos do corpo feminino, como foi o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181, que visa proibir o aborto, mesmo em casos que já estão garantidos na constituição, foi motivo de protesto organizado por mulheres de todo o Brasil que acreditam que o Estado não deve ter o poder de decidir sobre o seu próprio corpo.

Entretanto, constato também os diversos avanços que foram dados ano após ano. A inclusão das cotas, por exemplo, foi um grande passo na tentativa de maior representação de mulheres, ao menos nas candidaturas. A questão das cotas foi um fator importante no fomento e debate democrático, entretanto, não apresentou resultados expressivos nas últimas eleições. As cotas conferiram visibilidade às ações afirmativas, demonstrando também a necessidade de mais ações como mecanismos que concretizem os direitos fundamentais, demonstrando às mulheres suas capacidades e competências para gerir interesses comuns da sociedade.

Em contrapartida, ter mulheres na representação garantiu a criação de leis importantes para a segurança feminina, como a Lei Maria da Penha, que visa proteger vítimas de violência doméstica e tem sido uma política positiva. As mulheres ainda se deparam com diversas dificuldades que foram pontuadas ao longo das reportagens produzidas para o presente trabalho. O fenômeno da dupla jornada é um anteparo muito recorrente na vida da mulher brasileira e que precisa ser ultrapassado. Assim, tanto na vida partidária quanto na estrutura social é possível observar a exclusão que mulheres passam diariamente dos fatores de

decisão da sua própria vida. As ações, daqui pra frente, devem ser feitas em conjunto: coletivos, partidos políticos, órgãos públicos, instituições públicas e toda uma sociedade precisam caminhar e entender juntos a importância de um olhar mais fixo e preocupado para a situação da mulher na sociedade brasileira.

O ano de 2010 teve destaque no âmbito da busca por igualdade, já que foi eleita a primeira mulher Presidenta da história do país, Dilma Rouseff. A representante do Partido dos Trabalhadores (PT) se elegeu com 56% dos votos, tendo sido reeleita em 2014 com 51% dos votos

Antes de tudo, a política simboliza representatividade. Uma política sem mulheres, maioria da população e do eleitorado, não apresenta a sociedade como um todo, apenas uma parcela. A falta de representatividade feminina é refletida em todas as esferas, direta ou indiretamente, auxiliando na propagação do preconceito de gênero em nossa sociedade culturalmente patriarcal. O atual cenário político brasileiro apresenta diversos retrocessos e perdas de direitos sociais, principalmente para com as mulheres.

Existe ainda dentro da política um conservadorismo gigante, com concepções paternalistas quanto ao papel da mulher na sociedade. Das inúmeras alternativas para melhoria, temos como primordial a criação de novas ações afirmativas, a fim de romper barreiros dos estereótipos de identidade de gênero que ainda persistem na sociedade, reafirmando sempre a importância da presença de mulheres em diversas instâncias da sociedade brasileira, principalmente, na política, promovendo empoderamento feminino como forma de conscientização feminina sobre seu próprio ser e sua posição na sociedade.

Tais ações devem visar o aumento dos índices quantitativos, mas sempre levando em conta a necessidade de mesmas condições, espaço e apoio político para as mulheres. Recursos políticos que potencializem mudanças se fazem mais do que necessários.

Falar do presente tema dentro do jornalismo especializado foi uma maneira de explicitar dados e possibilidades, para que eles cheguem de fato a quem precisa estar ciente da possibilidade de uma vida política mais próxima. A divulgação da plataforma será feita, também, pela internet, o que possibilita que informações cheguem em mulheres que, de alguma forma, já são líderes nas comunidades onde vivem, ou nas escolas, em coletivos e diversos outros locais. A preocupação dos

jornalistas políticos deve versar no repasse de informações relevantes, inclusive, no âmbito representativo.

Ao concluir este trabalho, entendo que consegui unir disciplinas importantes na atuação do jornalista, como a especialização, o levantamento e a interpretação de dados, o olhar sensível à causas de minorias, e o audiovisual - que tem tido papel importante dentro dos meios de jornalismo online. Saber visualizar dentro de uma sociedade tão gigante e complexa mecanismos que promovam a mudança social, sempre na busca de uma sociedade mais igualitária, se faz mais do que necessário em todas as disciplinas que envolvem o jornalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIAHY, A. C. A. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: agosto 2017.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A lei de cotas e as mulheres na política em 2010**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/35007057/A-Lei-de-Cotas-e-as-Mulheres-na-Politica-em-2010>>. Acesso em: 17 novembro 2017

ARAÚJO, Clara. **A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina**. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/a\\_pol\\_tica\\_de\\_cotas\\_\\_o\\_sist.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/a_pol_tica_de_cotas__o_sist.pdf)> Acesso em 18 de novembro 2017

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política. In: ABREU, Maria Aparecida (Org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: IPEA, 2011. p. 135-148.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, Brasília, Janeiro, 2005.

BARBOSA, Susana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, J. **Notícias e mobilidade: o jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã, PT: Livros LabCom, p. 33-54, 2013. Disponível: < <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/94>> . Acesso em 07 nov. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª ed. Traduzido por: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia, 1967

BOURDIEU, Pierre (1998). **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. **Código Eleitoral**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Livros Labcom, 2014. Disponível em: < <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/121>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

- CAVENAGHI, Suzana M. **Mulheres sem espaço no poder**. [S.l.]: IPEA, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1339&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68)> . Acesso em: 10 ago. de 2017.
- COSTA, Ana Aline A. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Labrys Estudos Feministas**, jan/jul, 2005.
- DANCOSKY, A. K. ; RENÓ, D. P. **Hipermídia como potencialidade para o webjornalismo**. Campo Grande. 2014. Disponível em: <<http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor5/files/2014/07/AndressaKikuti-DenisReno-5Ciberjor-CampoGrande.pdf>>. Acesso em: 10 agosto 2017.
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- LAGE, NILSON. "**A Reportagem**: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística". Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. 138 p. v. 1
- PIAZZI, Bruna Gonçalves. Mulheres, cidades e participação política - um estudo dos conselhos municipais de direito da mulher como perspectiva norteadora da luta pela superação de desigualdade de gênero. **Revista Brasileira de Direito Municipal: RBDM**, Belo Horizonte, v.15, n.52, p. 63-100, abr./jun. 2014.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.
- SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 713-734, Dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000300713&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000300713&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 14 de nov. 2017
- VALENTE, Virginia Vargas. **Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina**. Ponencia presentada en el panel internacional titulado "Presupuestos nacionales para la equidad". Quito, Disponível em: <<http://www.wim-network.org/docsbibliografia/Presupuestos-sensibles-al-Genero-experiencias-de-America-Latina.rtf>>. Acesso em: Out. 2017
- BERGANZA CONDE, Maria Rosa. **Periodismo Especializado**. Madrid. Ediciones Internacionales Universitarias. 2005.
- VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados. 65fl. 2008.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso)> . Acesso em: 12 nov. 2017.

## APÊNDICES

### 1 Pautas ampliadas

#### PAUTA 1 - Histórico feminino dentro da política

<b>Resumo informativo</b>	<p>Diferente da estruturação masculina na política, as mulheres foram se inserindo gradualmente - do ponto em que não se existia nenhuma representante do sexo feminino no cenário político brasileiro até a primeira. Torna-se, então, importante trabalharmos e analisarmos como essa inserção foi acontecendo. Quem foram as figuras de importância dentro do entorno político e quais estratégias de diálogo e ações políticas foram utilizadas por elas.</p> <p>A representação feminina na política é uma pauta antiga. Tão antiga que, mesmo em sociedades como a greco-romana, o papel da mulher já era destinado aos cuidados com a casa, por exemplo. No Brasil, pouco se sabe sobre as primeiras mulheres a enfrentarem o desafio da política e entrarem no meio público. Todavia, esse tipo de conhecimento faz-se importante em um momento em que a representatividade feminina na política está em crise e pouco se fala dos direitos da mulheres em meios políticos na grande mídia. Conhecer, então, quem foram e como foram a inserção das primeiras mulheres a ocuparem cargos executivos no Brasil faz-se essencial.</p> <p>A primeira prefeita, a primeira deputada, a primeira presidenta (recentemente deposta) - quais foram suas influências frente à resistência masculina na entrada feminina.</p>
---------------------------	--

<p><b>Fontes de informação</b></p>	<p><b>Marina Merlo</b> <i>Pós-Graduanda do Departamento de Ciência Política (DCP/USP) com ênfase em mulheres nas eleições e partidos políticos pós-1988.</i></p> <p><b>Beatriz Sanchez</b> <i>Mestranda do Departamento de Ciência Política (DCQP/USP) com ênfase na Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da banca feminina da Câmara dos Deputados</i></p> <p><b>José Eustáquio Diniz Alves</b> <i>Doutor em demografia e Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Esc. Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE</i></p> <p><b>Augusto César Buonicore</b> <i>Historiador, presidente do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois</i></p>
<p><b>Proposição</b></p>	<p>Quais as estratégias que mulheres utilizaram ,e ainda utilizam, para entrar no ramo da política e, de que forma, elas conseguem garantir sua entrada de forma justa. Quem foram mulheres que estiveram à frente de cargos de liderança e como foi o desafio à ser aceito.</p>
<p><b>Recorte</b></p>	<p>a. <b>Foco:</b> Como as mulheres conseguiram garantir espaço dentro da política nacional</p> <p>b. <b>Enfoque:</b> Mulher, política, representação</p>
<p><b>Descrição</b></p>	<p>a. <b>Macroambiental:</b> O Brasil ocupa a 115º posição em ranking de mulheres na política entra 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com base no banco de dados primários do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atrás de nações de política extremamente conservadora como o Afeganistão.</p> <p>b. <b>Microambiental:</b> Menos de 10% das cadeiras da câmara dos deputados é ocupada por mulheres.</p> <p>c. <b>Ambiental:</b> A câmara municipal da cidade de São Paulo teve um aumento de 120% de vereadoras nas eleições de 2016, agora, a cidade possui um 11 vereadoras, representando 20% de um total de 55.</p> <p>d. <b>Nanoambiental:</b> A cidade de Bauru possui um acervo de mulheres que foram importantes para a</p>

	política local
<b>Recursos</b>	a. Fotos de acervo pessoal das personagens b. Gráficos

## PAUTA 2 – Conquistas por meio da presença de mulheres

<b>Resumo informativo</b>	<p>Em setembro de 1995, foi realizada a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na cidade de Pequim, com representantes de 184 países. Dessa conferência, dois acordos importantíssimos foram firmados pelos países: a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação. Pela Declaração de Pequim, os governos reconheceram a situação das mulheres, em que desigualdades persistem e que eram grandes impedimentos para o bem-estar dos povos. Assim, eles comprometeram-se em adotar medidas efetivas que combatam as desigualdades. Já na <a href="#">Plataforma de Ação</a>, os países assinaram um documento que contém um conjunto de medidas visando eliminar os obstáculos que impedem implantação da cidadania feminina, e surgem como um obstáculo na efetivação da participação da mulher na vida pública e privada. Nesse documento, 12 áreas críticas foram indicadas, entre elas, “Mecanismos institucionais para a equidade”. A partir daí, novos rumos foram dados no que tange às políticas públicas que, teoricamente, deveriam facilitar a entrada de mulheres na política.</p> <p>O sistema brasileiro de cotas implantado então, em 1997, teve como objetivo atender em parte as propostas tiradas da Plataforma. O sistema de cotas estabeleceu-se pelo artigo 10, § 3 da Lei 9.507 de 1997, garantindo vagas para o sexo feminino, dispondo de que cada partido ou coligação deveria preencher o mínimo de 20% e o máximo de 80% para candidaturas de cada sexo. Ou seja, pela primeira vez garantia-se, não a eleição, mas a necessidade de incentivo de participação da mulher na esfera político. A lei foi alterada em 2009, proporcionando o aumento da porcentagem, passando para 30% a mínima e 70% a máxima. Embora a política seja importante, ela não garante a efetividade da participação da mulher na vida política, já que não existem garantias de eleição, mas sim, de candidaturas.</p> <p>Atualmente, como podem ser enxergados os novos</p>
---------------------------	--



	<p>mecanismos que procuram aumentar a participação feminina na política? Como, com a reforma política, o cenário muda para as mulheres? A tecnologia tem um papel importante nessa área?</p> <p>Na nova reforma política, alguns pontos foram colocados em pauta, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cotas de candidaturas para mulheres em eleições majoritárias</li> <li>- Cotas dos recursos do Fundo Partidário e do Tempo de Propaganda Eleitoral Gratuito</li> <li>- Desempate em Eleições Majoritárias Plurinominais</li> <li>- Cotas de cadeiras no Parlamento</li> </ul>
<p><b>Fontes de informação</b></p>	<p><b>Marina Merlo</b>  <i>Pós-Graduanda do Departamento de Ciência Política (DCP/USP) com ênfase em mulheres nas eleições e partidos políticos pós-1988.</i>  <i>E-mail: <a href="mailto:marina27merlo@gmail.com">marina27merlo@gmail.com</a></i></p> <p><b>Beatriz Sanchez</b>  <i>Mestranda do Departamento de Ciência Política (DCQP/USP) com ênfase na Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da banca feminina da Câmara dos Deputados</i>  <i>E-mail: <a href="mailto:beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com">beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com</a></i></p> <p><b>Bruna Castanheira de Freitas</b>  <i>Pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, com ênfase em mulheres e tecnologia</i></p> <p><b>Brenda Cunha</b>  <i>Pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro</i>  <i>E-mail: <a href="mailto:brendaratm@yahoo.com.br">brendaratm@yahoo.com.br</a></i></p> <p><b>Agência Patrícia Galvão</b>  <i>Organização social sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres brasileiras.</i></p> <p><b>Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - <a href="http://www.tse.jus.br/">http://www.tse.jus.br/</a></b></p>
<p><b>Proposição</b></p>	<p>A importância de se ter mulheres que representem os interesses da classe no meio legislativo e executivo se vê importante quando políticas que atingem diretamente o gênero são discutidas</p>

<b>Recorte</b>	<p>a. <b>Foco:</b> O que muda dentro da política nacional e na reforma política com a presença feminina em posições de destaque e importância legislativa.</p> <p>b. <b>Enfoque:</b> Mulher, políticas públicas, mudanças na sociedade</p>
<b>Descrição</b>	<p>a. <b>Macroambiental:</b> A reforma política brasileira vem sendo discutida há anos e, com ela, algumas medidas poderiam ter sido tomadas para garantir mais equidade na entrada de mulheres nas representações políticas</p> <p>b. <b>Microambiental:</b> Além da reforma política brasileira, os partidos brasileiros também são responsáveis pelos investimentos e lançamento de candidaturas.</p> <p>c. <b>Ambiental:</b> As regiões do norte e nordeste do país são as que as mulheres mais são eleitas e o crescimento aumenta à cada ano.</p> <p>d. <b>Nanoambiental:</b> De que forma o interior do Estado de São Paulo reage à questões que envolvem mulher na política</p>
<b>Recursos</b>	<p>a. Gráficos que representam a evolução da mulher brasileira na política nas últimas eleições</p> <p>b. Análise de dados oficiais</p>

### PAUTA 3 – Uma reforma política em benefício para as mulheres

<b>Resumo informativo</b>	<p>A conquista do direito ao voto por mulheres, em 1932, ainda que pareça algo distante, foi a primeira garantia política que o gênero agregou há uma história de luta, já que, assim, elas passaram a ter uma presença maior no eleitorado, sendo hoje, 53% do eleitorado nacional, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>Há muito tempo se fala sobre a necessidade de uma reforma política que altere alguns pontos primordiais não somente na candidatura de mulheres, mas também na efetividade de suas eleições.</p> <p>Em 2017 a Reforma Política entra novamente em pauta, e diversas soluções foram nomeadas por mulheres e especialistas na garantia de maior sucesso nas eleições femininas para os próximos anos.</p> <p>Que pontos da reforma política são delicados para as mulheres? O que poderia ter sido reformulado, como</p>
---------------------------	---

	forma de garantir maior presença feminina nos cargos de poder?
<b>Fontes de informação</b>	<p><b>Renata Carone</b> <i>Mestre em Ciência Política e Pesquisadora do Nepac (Unicamp) com ênfase na participação do movimento feminista no Congresso Nacional e sua interação com atores políticos no caso da Lei Maria da Penha</i></p> <p><b>Beatriz Sanchez</b> <i>Mestranda do Departamento de Ciência Política (DCQP/USP) com ênfase na Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da banca feminina da Câmara dos Deputados</i></p> <p><b>José Eustáquio Diniz Alves</b> <i>Doutor em demografia e Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Esc. Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE</i></p>
<b>Proposição</b>	Reforma Política como uma maneira mais efetiva na garantia dos direitos femininos e na equidade representativa
<b>Recorte</b>	<p>a. <b>Foco:</b> Mudanças possíveis na estrutura político-partidária brasileira como forma de melhor representação feminina</p> <p>b. <b>Enfoque:</b> Mulher, presença política, reforma política</p>
<b>Descrição</b>	<p>a. <b>Macroambiental:</b> Alterações na constituição que dizem respeito às mulheres na vida política e social</p> <p>b. <b>Microambiental</b> Pontos específicos da estrutura político-partidária que podem ser alterados</p> <p>c. <b>Ambiental</b> Como essas mudanças podem afetar positivamente a vida social das mulheres</p> <p>d. <b>Nanoambiental</b> De que forma alterar leis eleitorais pode garantir uma maior representação direta</p>
<b>Recursos</b>	<p>a. Gráficos explicativos</p> <p>b. Análise de dados</p>

#### PAUTA 4 – Origem das opressões

<b>Resumo informativo</b>	Diferente da estruturação masculina na política, as
---------------------------	---

	<p>mulheres foram se inserindo gradualmente - do ponto em que não se existia nenhuma representante do sexo feminino no cenário político brasileiro até a primeira. Torna-se, então, importante trabalharmos e analisarmos como essa inserção foi acontecendo. Quem foram as figuras de importância dentro do entorno político e quais estratégias de diálogo e ações políticas foram utilizadas por elas.</p> <p>A representação feminina na política é uma pauta antiga. Tão antiga que, mesmo em sociedades antigas como a greco-romana, o papel da mulher já era destinado aos cuidados com a casa, por exemplo. Conhecer a cultura brasileira é reconhecer a estrutura patriarcal em que somos inseridos desde os primeiros dias de vida. Esse tipo de conhecimento faz-se importante em um momento em que a representatividade feminina na política está em crise e pouco se fala dos direitos da mulheres em meios políticos na grande mídia. Conhecer, então, quem foram e como foram a inserção das primeiras mulheres a ocuparem cargos executivos no Brasil faz-se essencial.</p>
<p><b>Fontes de informação</b></p>	<p><b>Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Níege Neves, assessora</b></p> <p><b>Renata Carone</b>  <i>Mestre em Ciência Política e Pesquisadora do Nepac (Unicamp) com ênfase na participação do movimento feminista no Congresso Nacional e sua interação com atores políticos no caso da Lei Maria da Penha</i></p>
<p><b>Proposição</b></p>	<p>Com mulheres dentro da política nacional, é possível ter um instrumento de mudanças sociais e de busca por maior equidade mais presente</p> <p><b>Augusto Buonicore, historiador</b></p>
<p><b>Recorte</b></p>	<p>a. <b>Foco:</b> Quais são os fatores históricos que delegaram às mulheres determinados papéis frente à sociedade</p> <p>b. <b>Enfoque:</b> Mulher, presença política, mudança social</p>
<p><b>Descrição</b></p>	<p>a. <b>Macroambiental:</b> História brasileira, como as mulheres foram se inserindo na vida pública mesmo com mecanismos que dificultavam essa entrada</p> <p>b. <b>Microambiental</b> Houveram tentativas de alterar</p>

	<p>esse meio?</p> <p><b>c. Ambiental</b> Como a mídia é, em partes, culpada pela representação feminina de forma pejorativa</p> <p><b>d. Nanoambiental</b> A ex-presidenta eleita Dilma Rousseff recebeu tratamento diferenciados no âmbito público por ser do sexo feminino</p>
<b>Recursos</b>	<p>a. Acervo fotográfico</p> <p>b. Gráficos</p>

<b>PAUTA 5 – Perfil de mulheres</b>
-------------------------------------

<b>Resumo informativo</b>	<p>Existem espaços que fomentam alguns tipos de discussões sociais. Dentro das universidades, por exemplo, diversos espaços incentivam a participação de estudantes dentro de movimentos políticos não-partidários, como o Movimento Estudantil, além de diversos coletivos e grupos de estudo. Muitas mulheres encontram nesses grupos, o primeiro contato direto com a política e com uma maneira de proporcionar mudanças sociais mais efetivas. Como esses espaços podem fomentar a discussão, também, do papel da mulher na sociedade brasileira?</p> <p>Mulheres jovens muitas vezes encontram nesses movimentos apoio de outras mulheres e forças para seguir caminho na política partidária. Quem são essas mulheres, jovens ou mais maduras, e quais histórias sobre a vida política elas tem pra contar?</p>
<b>Fontes de informação</b>	<p><b>Eduarda Sansão</b> <i>Estudante de Direito da Universidade Estadual de Minas Gerais, atuante no Movimento Estudantil unificado de todos os campi da UEMG</i></p> <p><b>Taisa Vargas</b> <i>Estudante de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atual Coordenadora do Diretório Acadêmico Paulo Affonso Leme Machado, fundadora do coletivo de mulheres da universidade</i></p> <p><b>Maria Flor di Piero</b> <i>Psicóloga, doutoranda, filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e ex-candidata à prefeitura da cidade de Bauru</i></p> <p><b>Majô Jandreice</b></p>

	<i>Formada em Serviço Social, com atuação estudantil e sindicalista nos movimentos femininos, filiada ao PCdoB, ex-vereadora da cidade de Bauru e atual Chefe de Gabinete</i>
<b>Proposição</b>	Como a política pode chegar até mulheres mais jovens, com discussões fomentadas ainda dentro das universidades e de que forma as mulheres mais velhas encontraram na política uma forma de encarar a vida
<b>Recorte</b>	<p>c. <b>Foco:</b> O início da vida política feminina pode se fazer dentro da universidade</p> <p>d. <b>Enfoque:</b> Mulher, movimento estudantil, mudança social</p>
<b>Descrição</b>	<p>e. <b>Macroambiental:</b> Perfil de mulheres que se envolveram com a política partidária e não-partidária</p> <p>f. <b>Microambiental</b> Qual o papel de estudantes que participam ativamente das atividades políticas de suas universidades no diálogo sobre o papel feminino na política</p> <p>g. <b>Ambiental</b> Como é a atuação dessas mulheres</p> <p>h. <b>Nanoambiental</b> Mulheres atuantes na política e sua visão sobre as condições do Brasil atual</p>
<b>Recursos</b>	<p>c. Áudios</p> <p>d. Vídeos</p>

## 2 Planilha de fontes

Quem	Área de conhecimento	Contato	Formato
Augusto Buonicore	Historiador	soniaugusto@uol.com.br	TEXTO
Beatriz Rodrigues Sanchez	Mestranda da USP com a tese: Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados	beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com	TEXTO
Bruna Castanheira	Feminismo e tecnologia - FGV	bruna597@gmail.com	TEXTO
Estela Almagro	Ex-prefeira da cidade de Bauru	Facebook - (14) 99833 9009	VÍDEO
Jacqueline Pitanguy	Socióloga, coordenadora executiva da Organização CEPIA e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	jacpit@ig.com.br	ÁUDIO

Jose Eustaquio Alves	Doutor em demografia Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Esc. Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE	(21) 999 66 6432 - jed_alves@yahoo.com.br	TEXTO
Majo Jandreice	Ex-vereadora da cidade de Bauru pelo PCdoB	Facebook - 981218249	VÍDEO
Maria Flor di Piero	Candidata à prefeitura de Bauru pelo PSOL	Facebook	VÍDEO
Marina Barros	Fundadora do Instituto Alziras - Pesquisa sobre prefeituras FGV	marina.barros3@gmail.com	TEXTO
Marina Merlo	Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política (DCP/USP) - Mulheres nas eleições e partidos políticos pós-1988	marina27merlo@gmail.com	TEXTO
Raquel Auxiliadora dos Santos	Mestre em Educação com especialização em Educação de Jovens e Adultos e graduação em Pedagogia. Atuou como gestora de políticas para as Mulheres na Prefeitura de São Carlos (2007-2012), atuando principalmente nos seguintes temas: relações de gênero, violência contra a mulher, políticas públicas, feminismo, direitos das mulheres. Fundadora e membro do Coletivo de Promotoras Legais Populares de São Carlos.	raquelpedagogia@yahoo.com.br	TEXTO
Renata Carone	Mestre em Ciência Política e pesquisadora do NEPAC (Unicamp) - Movimento feminista no Congresso Nacional e sua interação com atores políticos no caso da Lei Maria da Penha	rercarone@gmail.com	TEXTO
Salma Farias Valencio	Diretora Departamento de Políticas para as Mulheres – DPM/SDSTJDH Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul - SDSTJDH/RS	salma-valencio@sdstjdh.rs.gov.br	TEXTO
Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres - SPM - Niege Neves		spmimprensa@spm.gov.br	TEXTO

Télia Negrão	Jornalista, mestre em ciência política, conselheira diretiva da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e coordenadora do Coletivo Feminino Plural.	teliabr@gmail.com	TEXTO
-----------------	---	-------------------	-------